MOÇÃO SETORIAL: A SEMANA DE 4 DIAS (OU MENOS) É O FUTURO. VAMOS TRABALHAR PARA ISSO!

A "Semana de 4 dias" é frequentemente apresentada como o próximo passo inevitável na evolução do trabalho. Mas, como qualquer transformação significativa, **não se impõe por decreto, exige inovação, eficiência e um mercado preparado para essa transição.** Se queremos um modelo laboral mais eficiente, mais flexível e mais humano, temos de garantir que a economia está preparada para essa transição.

Alguns Partidos políticos têm promovido a ideia de que trabalhar menos horas é um direito universal e inquestionável, como se o fator tempo, por si só, definisse a qualidade de vida e o crescimento económico. Mas a realidade mostra que essa abordagem já falhou em Portugal:

- A redução da carga horária da função pública de 40 para 35 horas não foi acompanhada de um plano de reorganização ou modernização dos serviços. O resultado foi uma explosão de horas extraordinárias na saúde e na administração pública, sem ganhos reais de eficiência.
- A promessa de transformação digital do Estado e da economia tem sido sucessivamente adiada ou disfarçada. A falta de automação e otimização de processos levou a uma estagnação na produtividade e ao desperdício de recursos humanos em tarefas administrativas ultrapassadas.
- A iliteracia digital e a resistência à inovação continuam a bloquear o crescimento económico e a penalizar os setores mais dinâmicos.

A falta de visão estratégica dos sucessivos governos já nos custou crises laborais evitáveis. Sem antecipação e planeamento, o país repete erros em vez de preparar o futuro. Nos últimos anos, ficámos sem médicos, sem enfermeiros e sem professores porque ninguém antecipou a necessidade de renovação de quadros e de adaptação às novas realidades do mercado de trabalho. Agora, caminhamos para o extremo oposto: com a automação e a Inteligência Artificial (IA) a transformarem profundamente a economia, corremos o risco de ter trabalhadores a mais em setores que já não necessitam de tanta mão de obra, sem que exista qualquer discussão sobre o tema.

Se esta transição for ignorada, Portugal verá um aumento artificial da ocupação laboral, onde trabalhadores permanecerão empregados **não por necessidade**, **mas para manter a aparência de estabilidade**, gerando ineficiências económicas e adiando as reformas necessárias. **Mais uma vez, a política estará a reagir tarde**, **em vez de antecipar e preparar o país para a inevitável transformação do trabalho.**

É por isso que a Iniciativa Liberal deve assumir um papel fundamental: ser o **pilar inabalável da transformação digital** em Portugal, assegurando que este tema não é apenas uma bandeira eleitoral, mas sim um compromisso real e irreversível.

O Futuro do Trabalho Está em Transformação

A discussão sobre a "Semana de 4 dias" não pode ser isolada da **revolução tecnológica e digital em curso**. A transformação digital em geral e a IA e automação em particular estão a reconfigurar as dinâmicas laborais a uma velocidade sem precedentes. O impacto dessas mudanças será profundo e inevitável.

- O Fórum Económico Mundial estima que, até 2030, 85 milhões de empregos deixarão de existir, mas 97 milhões de novas funções serão criadas. O problema? Em Portugal, esta transformação continua a ser encarada como um tema longínquo, sem a devida preparação ou planeamento para acompanhar esta mudança."
- A automação já está a substituir funções na banca, no setor dos serviços e até em áreas criativas. As empresas que não investirem na requalificação da sua força de trabalho ficarão rapidamente obsoletas.
- A IA e as tecnologias emergentes permitem um aumento de produtividade sem
 precedentes, mas Portugal continua a adiar as reformas necessárias para garantir que esses
 ganhos beneficiam a economia e os trabalhadores.

O que nos espera? Mais uma década de inação, onde só falaremos do impacto da IA no trabalho durante a semana do Web Summit ou quando for tarde demais? Já sabemos onde esse caminho nos leva: um mercado laboral disfuncional, onde setores críticos como a saúde e a educação entram em colapso por falta de profissionais, enquanto outros setores se tornam ineficientes por manterem trabalhadores a mais em funções que a economia já não justifica.

Se queremos falar de menos horas de trabalho, temos de começar por falar de **soberania digital**, **requalificação profissional e inovação tecnológica**. A semana de 4 dias (ou menos!) **será um resultado natural num país mais produtivo, mais eficiente e mais preparado para o futuro do trabalho**.

A Iniciativa Liberal não pode permitir que este debate seja capturado pelo populismo ou pelo eleitoralismo de curto prazo. Temos de garantir que a transformação digital e a modernização do trabalho não sejam esquecidas ou deixadas para trás enquanto derem menos votos.

As Condições Essenciais Para a Semana de 4 Dias (Ou Menos!) Ser uma Realidade Sustentável

A transição para a semana de 4 dias (Ou Menos!) deve assentar em três eixos fundamentais:

1. Modernização e Transformação da Economia

A experiência internacional demonstra que a redução do tempo de trabalho só é viável quando a produtividade é elevada. A IA não é apenas uma ferramenta de otimização, mas um fator transformador que pode redefinir o trabalho, a competitividade e a criação de valor nas economias avançadas. Para que Portugal não fique para trás nesta revolução, é essencial:

• Eliminar barreiras à adoção de IA e automação, permitindo que as empresas otimizem processos e aumentem a sua produtividade sem limitações impostas por regulamentação desatualizada ou enviesada. A inovação deve ser guiada pelo mercado e não travada por normas que engessam o progresso.

- Reduzir drasticamente a burocracia e os entraves regulatórios, garantindo que empresas e
 cidadãos podem inovar e crescer sem depender da permissão do Estado. A modernização do
 setor público deve focar-se na desburocratização e eficiência operacional, assegurando que
 o Estado não atrapalha quem quer inovar.
- Criar um ambiente fiscal e regulatório pró-inovação, com incentivos que recompensem o
 investimento em IA e outras tecnologias emergentes, garantindo que as empresas
 portuguesas podem competir globalmente sem desvantagens face a mercados mais
 dinâmicos.

A IA está a transformar setores inteiros, da indústria ao setor financeiro, passando pela saúde e pelos serviços profissionais. O modelo de trabalho do futuro será profundamente impactado pela automação inteligente, e **Portugal deve garantir que esta transição não resulta apenas em destruição de empregos, mas na criação de novas oportunidades e modelos de negócio**.

2. Requalificação e Formação Contínua

A revolução da IA está a acelerar a necessidade de **requalificação massiva da força de trabalho**. A IA não substitui apenas tarefas repetitivas — está a redefinir a **relação entre trabalho humano e automação**, tornando obsoletas muitas funções enquanto cria novas necessidades de especialização. A resposta não pode ser a proteção artificial de empregos que deixam de fazer sentido, mas sim **a preparação ativa para as novas oportunidades da economia digital**. Para isso, Portugal tem de:

- Dinamizar um ecossistema de formação profissional ágil e competitivo, onde empresas, instituições académicas e plataformas privadas desenvolvem programas de requalificação ajustados às exigências do mercado, sem modelos rígidos impostos pelo Estado.
- Criar incentivos para empresas e trabalhadores que investem na requalificação para a era da IA, promovendo o alinhamento entre as necessidades do setor produtivo e o desenvolvimento de novas competências.
- Modernizar o sistema de ensino, tornando-o mais flexível e adaptado à revolução digital, apostando em micro-certificações, programas modulares e parcerias com o setor tecnológico, garantindo que a aprendizagem acompanha a evolução das profissões impactadas pela IA.

O desafio não é "como manter empregos que a IA pode substituir", mas sim "como criar novas oportunidades onde a IA potencia e amplia o talento humano". O sistema de ensino e formação deve preparar os trabalhadores para se tornarem mais produtivos, mais criativos e mais preparados para um mercado global onde o talento se mede pela adaptação e não apenas pela especialização tradicional.

3. Segurança e Privacidade como Bases de Confiança Digital

A transformação digital do trabalho não pode ser feita à custa da **segurança e privacidade dos cidadãos e das empresas**. À medida que a IA se torna mais integrada na economia e na sociedade, os riscos relacionados com **dados, cibersegurança e autodeterminação digital** aumentam. Portugal tem de:

 Implementar uma estratégia nacional de soberania digital, garantindo a autodeterminação digital do país, reduzindo a dependência exclusiva de infraestruturas e tecnologias

- estrangeiras e assegurando que Portugal mantém capacidade estratégica e operacional sobre os seus dados, infraestruturas críticas e ecossistemas digitais locais.
- Reforçar a capacidade de aplicação das leis nas áreas de segurança, privacidade e ética da IA, complementando a proliferação de leis simbólicas (ex. RGPD, NIS2) por medidas concretas que garantam uma maior capacidade de resposta e controlo de ameaças digitais. Isto inclui parcerias público-privadas para auditoria e supervisão da segurança e privacidade digital, garantindo que as organizações cumprem boas práticas sem que a inovação seja sufocada por burocracias desnecessárias.
- Criar um Fundo Nacional de Confiança Digital, estruturado como um mecanismo de colaboração público-privada, onde empresas e Estado co-investem na segurança das infraestruturas críticas, no reforço das competências das forças de segurança digital e na capacitação das organizações privadas – em particular PMEs – para adotarem melhores práticas de resiliência digital.

A confiança digital será um dos maiores ativos da economia do futuro, e Portugal só pode liderar nesta nova era se garantir que a inovação e a segurança caminham lado a lado.

O Caminho para a Semana de 4 Dias (Ou Menos!) em Portugal

A Iniciativa Liberal propõe que esta moção sirva como um **compromisso político e programático** para um Portugal mais competitivo, moderno e preparado para o futuro do trabalho. Para isso, propomos que:

- 1. Seja incentivada a definição de um Roteiro Nacional para a Evolução do Modelo de Trabalho, permitindo que o mercado possa testar e adotar progressivamente semanas de 4 (ou menos!), trabalho híbrido e novas formas de organização laboral, sempre com base em ganhos de produtividade e não em imposições legislativas. O foco deve estar na liberdade contratual e na negociação entre empresas e trabalhadores, permitindo que cada setor encontre o modelo que melhor se adapta à sua realidade.
- 2. Seja promovido um Ecossistema de IA e Automação, garantindo que o setor privado tem condições para implementar IA como motor de crescimento e eficiência, sem regulamentações desnecessárias que limitem a inovação. No setor público, a modernização administrativa deve ser guiada pela redução da burocracia e pela adoção de processos baseada em IA, e não por projetos tecnológicos megalómanos que apenas digitalizam o atraso. A IA deve ser vista como um aliado na eficiência do Estado e não como um risco a ser contido por regulação excessiva.
- 3. A requalificação profissional para a Era da IA seja uma prioridade, garantindo um Mercado Livre de Formação, onde os trabalhadores possam aceder a programas de capacitação ajustados às novas exigências do mercado, sem depender de sistemas rígidos impostos pelo Estado. A educação e a formação devem ser flexíveis, modulares e orientadas para as novas profissões que a IA está a criar, com incentivos para quem investe no seu próprio desenvolvimento profissional. Portugal não pode repetir o erro de ignorar as mudanças no mercado de trabalho até que a crise já esteja instalada.
- 4. A autodeterminação digital e a proteção de dados sejam reforçadas, garantindo que as infraestruturas críticas, os serviços essenciais e os algoritmos de IA utilizados na economia nacional não são totalmente reféns de plataformas tecnológicas estrangeiras. Em vez de regulação excessiva para a "Europa ver", Portugal deve apostar na criação de um ecossistema tecnológico local, onde empresas e instituições nacionais possam desenvolver e aplicar IA de forma competitiva, garantindo independência estratégica e proteção dos dados nacionais.

5. A Iniciativa Liberal impulsione um debate permanente sobre IA e Transformação Digital, evitando que o tema seja capturado pelo eleitoralismo nem pela iliteracia digital de quem legisla sem compreender a realidade tecnológica. A Iniciativa Liberal deve ser a força motriz desta discussão, impedindo que Portugal fique refém de modelos ultrapassados de trabalho e garantindo que a inovação e a competitividade são sempre prioridades nacionais.

A Iniciativa Liberal deve assumir o compromisso de **impulsionar as condições políticas e económicas necessárias para que a transformação digital e o futuro do trabalho sejam uma realidade em Portugal** – não como uma promessa eleitoral, mas como uma prioridade estratégica e estruturante.

Esta moção representa um compromisso claro para promover um ambiente favorável à inovação, preparar o mercado de trabalho e garantir que Portugal entra na era digital com competitividade e ambição.

Se queremos um país preparado para o futuro, a ação tem de começar agora – com políticas certas, visão de longo prazo e sem hesitações.

Subscritores:

Bruno Horta Soares - 3

Ana Sofia Côrte-Real de Landerset - 7484

André Marquet - 4353

César Pires - 788

Duarte Santos - 1486

Eduardo Pinheiro - 8324

Filipe Contente - 3017

Flávio Lança - 1564

Henrique Coelho - 917

João Caetano Dias - 700

Madalena Batanete - 279

Maria Malhão - 227

Maria Merino Baptista - 1090

Mauro Santos - 687

Nuno Batista - 1557

Nuno Fernandes - 20

Nuno Santos Fernandes – 4

Paulo Trezentos - 7200

Pedro Fernandes - 2508

Rita Nunes - 3155

Rodrigue Devillet Lima - 3623

Rodrigo Saraiva – 2

Rui Machado - 3016

Rui Ribeiro - 1567

Sérgio Loureiro - 8

Tiago Morais - 5442

Valter Ferreira - 4821

Viktar Sazonenko - 6035